



AO EXMO. SUPERVISOR REGIONAL DA URFbio NOR

Processo Administrativo nº 07030000197/18

DAIA nº0034469-D

JOÃO LUIZ DE ANDRADE SANTIAGO brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF 319.118.706-53 e do RG 1.081.412 SSP/MG, residente e domiciliado em Paracatu-MG, na Rua Salgado Filho nº444, Bairro Bela Vista, através de seus procuradores in fine assinados (doc.01), vem interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com base no Decreto nº 46.953, de 23 de fevereiro de 2016, e na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, requerendo sejam a inclusas razões recursais recebidas e encaminhadas para conhecimento da URC COPAM NOROESTE DE MINAS.

Termos em que,

P. Deferimento.

Unai/MG, 6 de fevereiro de 2019

Geraldo Donizete Luciano

OAB/MG 96925

Thales Vinicius B. Oliveira

OAB/MG 133.870

Página 1 de 5

RAZÕES DO RECORRENTE: JOÃO LUIZ DE ANDRADE SANTIAGO
URC COPAM NOROESTE DE MINAS
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 07030000197/18
DAIA n° 0034469-D

DOUTO COLEGIADO

João Luiz de Andrade Santiago foi notificado do cancelamento de sua DAIA n° 003446-D por, supostamente:

“Apresentar informações enganosas ou omissas para obtenção de autorização para intervenção ambiental junto ao órgão competente, IEF”

O cancelamento foi motivado por denúncia de proprietário de fazenda confrontante, que há alguns anos vem travando disputas pessoais e judiciais com o RECORRENTE.

Desde já, à parte do pano de fundo que compõe o presente recurso, cumpre pontuar que **NÃO FORAM APRESENTADAS INFORMAÇÕES ENGANOSAS OU OMISSAS PARA OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO**, na forma que será exposta.

1. DECISÃO ERRONEAMENTE MOTIVADA

Aponta-se na Manifestação Jurídica que embasou o cancelamento da DAIA que o RECORRENTE teria prestado “informação enganosa ou omissa” para obtenção de DAIA junto ao IEF, uma vez que o DENUNCIANTE, Christiano Guimarães, informa que se encontra em disputa judicial com o requerente por motivos que possuem relação direta com a DAIA.

Desta forma, quando o RECORRENTE declarou que "não se encontra em andamento judicial tendo por objeto a propriedade ou posse da área em questão" teria mentido.

A própria manifestação jurídica reconhece que OBJETIVAMENTE AS AÇÕES NÃO TRATAM DA PROPRIEDADE OU POSSE DAS ÁREAS EM QUESTÃO, MAS SIM DO DIREITO AO USO DA ÁGUA.

Ou seja, a própria manifestação afirma que não há disputa cujo objeto a propriedade ou a posse, O QUE ESTÁ ESCRITO NO FOBI E QUE FOI DECLARADO PELO RECORRENTE DE FORMA CORRETA.

A atividade administrativa é pautada pela legalidade, e o exercício de interpretação criativa que foi realizado no presente caso é **ILEGAL**, pois não consta no FOBI "*não se encontra em andamento judicial tendo por objeto a propriedade ou posse da área em questão ou o direito de águas*".

AÇÕES JUDICIAIS QUE TEM POR OBJETO A PROPRIEDADE OU A POSSE DA ÁREA EM QUESTÃO SÃO AÇÕES PRÓPRIAS, COM RITO ESPECÍFICO, NOMEADAS DE AÇÕES POSSESSÓRIAS, que estão elencadas no Capítulo 3 do Código de Processo Civil.

São, notoriamente, litígios envolvendo a titularidade do imóvel, na qual duas pessoas (jurídicas ou físicas) batalham pelo direito de propriedade ou posse do imóvel.

NO CASO EM QUESTÃO, DE FATO, COMO RECONHECIDA PELA PRÓPRIA MANIFESTAÇÃO JURÍDICA, NÃO EXISTE

**QUALQUER AÇÃO POSSESSÓRIA ENVOLVENDO O IMÓVEL
OBJETO DA DAIA.**

Já as ÁGUAS são classificadas pela Constituição Federal em seu art. 20, como **BENS PÚBLICOS**, Federais ou Estaduais e, desta forma, é juridicamente impossível disputas jurídicas relativas à posse ou propriedade da água.

Portanto, não há que se falar em cancelamento da DAIA, muito menos em autuação, uma vez que todas as informações prestadas foram verdadeiras.

2. DO ATO JURÍDICO PERFEITO

Ainda que se considerasse o latente CANCELAMENTO ILEGAL DA DAIA, há que se considerar que o ato administrativo em questão, antes de seu cancelamento, já se encontrava em estado perfeito e acabado.

Ou seja, o documento autorizou a realização da intervenção ambiental específica, o que foi feito, segundo Lafayette Pondé, em "Ato administrativo, sua perfeição e eficácia", Revista de Direito Administrativo, v.29, 1952:

Uma vez perfeito, o ato administrativo está apto a produzir os seus efeitos, a menos que a sua eficácia esteja subordinada a condição suspensiva, a termo inicial ou, mesmo, à produção de um outro ato jurídico, administrativo ou não, tudo conforme o tenha estabelecido imediatamente a lei (*conditio juris*), ou em casos específicos, a vontade da autoridade administrativa (*conditio facti*). Então, se a eficácia não coincide com a perfeição, diz-se *pendente* o ato.

Portanto, uma vez autorizado, executada e encerrada a intervenção, o cancelamento da DAIA não possui quaisquer efeitos

práticos, servindo somente para reforçar a narrativa de vingança pessoal do DENUNCIANTE contra o RECORRENTE.

3. CONCLUSÃO E PEDIDOS

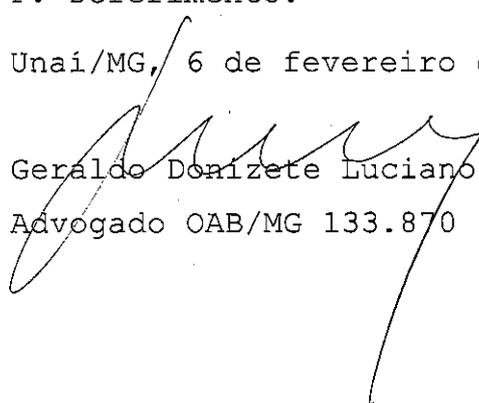
Ex positis, requer seja o presente recurso recebido e processado a fim de reconsiderar o cancelamento da DAIA 0034469-D.

Por oportuno, requer sejam os procuradores intimados de todos os atos praticados no presente processo administrativo no seguinte endereço: Rua Eduardo Rodrigues Barbosa, nº 381, Centro, Unai/MG, CEP: 38610-000.

Termos em que,

P. Deferimento.

Unai/MG, 6 de fevereiro de 2019


Geraldo Donizete Luciano
Advogado OAB/MG 133.870

Thales Vinícius B. Oliveira
Advogado OAB/MG 96.925